APOSENTADORIA DE MAGISTRADOS CLASSISTAS (STF)

Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.878-0
Distrito Federal

Relator Originário: Min. Ilmar Galvão

Relatora para o Acórdão: Min. Ellen Gracie (Art. 38, IV, b, do RISTF)

Requerente: Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB

Advogados: Carlos Augusto Sobral Rolemberg e Outros

Requerido: Presidente da República

Requerido: Congresso Nacional

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ART. 5º. CAPUT E § 1º DA LEI Nº 9.528, DE 10.12.97. APOSENTADORIA DE MAGISTRADOS CLASSISTAS TEMPORÁRIOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO. INAPLICABILIDADE DO REGIME PREVISTO NO ART. 93 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

1. A nova redação do inc. VI do art. 93 da CF, dada pela EC nº 20/98, não foi capaz de provocar substancial alteração dos parâmetros apontados para a aferição da inconstitucionalidade do ato normativo questionado. Além disso, a superveniência da EC nº 24, de 09.12.99, que extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho ao modificar a redação dos arts. III, 112, 113, 115 e 116 da Constituição Federal, não retirou a natureza normativa do preceito impugnado, que permanece regendo um número indeterminado de situações que digam respeito à aposentadoria dos juízes temporários. Preliminares afastadas, com o conseqüente conhecimento da ação. Entendimento original do Relator, em sentido contrário, reconsiderado para participar das razões prevaletentes.

2. Embora a CF/88 tenha conferido, até o advento da EC nº 24/99, tratamento de magistrado aos representantes classistas da Justiça do Trabalho, a estes não se aplica o regime jurídico constitucional próprio dos magistrados togados, disposto no art. 93 da Carta Magna.

3. A aposentadoria dos juízes temporários, assim como os demais benefícios e vantagens que a estes tenham sido outorgados, devem estar expressamente previstos em legislação específica. Precedentes: MS nº 21.466, Rel. Min. Celso de Mello, DJ 06.05.94 e MS nº 22.498, Rel. Min. Moreira Alves, DJ 03.04.98.

4. Por este motivo é que a aposentadoria dos magistrados classistas já se encontrava disciplinada por Diploma legal especial, a saber, a Lei nº 6.903, de 30.04.81, recebida pela ordem constitucional vigente e revogada pelos dispositivos ora impugnados.

5. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente por decisão majoritária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, julgar improcedente o pedido formulado na inicial.

Brasília, 23 de outubro de 2002.

Marco Aurélio — Presidente

Ellen Gracie — Art. 38, IV, b RISTF

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): Ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pela Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB, tendo por objeto a Lei nº 9.528, de 10 de dezembro de 1997, que deu nova redação a dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 1991.

Alegou o requerente que a Medida Provisória nº 1.523/96, de cuja conversão resultou

a lei impugnada, foi intempestivamente reeditada, em contrariedade ao art. 62 da Constituição Federal.

Sustentou, ainda, a inconstitucionalidade do art. 5º, *caput* e § 1º, do ato normativo atacado, *verbis*:

“Art. 5º. Os magistrados classistas temporários da Justiça do Trabalho e os magistrados da Justiça Eleitoral nomeados na forma dos Incisos II do art. 119 e III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal serão aposentados de acordo com as normas estabelecidas pela legislação previdenciária a que estavam submetidos antes da investidura na magistratura, mantida a referida vinculação previdenciária durante o exercício do mandato.

§ 1º O aposentado de qualquer regime previdenciário que exercer a magistratura nos termos deste artigo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social — RGPS.”

Isso porque, havendo os juízes classistas da Justiça do Trabalho sido incluídos, pela Constituição, entre os magistrados da União (art. 111, § 1º, II; art. 115, III; e art. 116, *caput* e parágrafo único), prevendo-lhes a existência, relacionando-os ao lado dos juízes togados, disciplinando sua nomeação, fixando-lhes a duração do mandato, prevendo a possibilidade de recondução, denominando-os de ministros, magistrados ou juízes e contemplando-os com gozo de foro por prerrogativa de função (art. 111, § 1º; 105, I, *a*; e 108, I, *a*), irretorquivelmente são magistrados, razão pela qual a sua aposentadoria obedece à regra que se contém no art. 93, VI, da Carta da República, não havendo como se afastar, a legislação infraconstitucional, dos princípios nela estabelecidos, relativamente à aposentadoria dos referidos magistrados, notadamente no que tange à exigência de lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

O pedido de medida cautelar foi indeferido na assentada de 09.09.98.

O Presidente da República e o Congresso Nacional, em suas informações, aduziram a regularidade das reedições da MP nº 1.523 até sua conversão. Destacaram, por outro lado, que os juízes classistas não se enquadram no regime jurídico constitucional da ma-

gistratura em geral, mas sim no regime específico dos órgãos da Justiça do Trabalho.

O Advogado-Geral da União, no desempenho das atribuições previstas no art. 103, § 3º, da Carta da República, manifestou-se pela improcedência da ação.

A douta Procuradoria-Geral da República, em parecer de seu ilustre titular, Prof. Geraldo Brindeiro, apontou a perda de objeto da presente ação direta, opinando fosse ela julgada prejudicada.

É o relatório.

VOTO (PRELIMINAR)

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): O autor impugnou o art. 5º, *caput*, e § 1º, da Lei nº 9.528/97, sob alegação de que, havendo os juízes classistas da Justiça do Trabalho sido incluídos, pela Constituição, entre os magistrados da União, são eles de ser assim considerados, razão pela qual estão sujeitos, como os demais magistrados, à norma do art. 93 da Carta de 1988, não havendo como dela afastar-se a legislação infraconstitucional, notadamente no que concerne à sua aposentadoria, como no caso ocorreu.

A superveniente EC 20/98 não alterou o texto do referido art. 93 da CF, tendo-se limitado, no que tange à aposentadoria dos magistrados, a substituir o texto original do inciso VI (“— a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura”) por um novo, que submete a aposentadoria do magistrado ao regime comum dos funcionários públicos titulares de cargo efetivo (“— aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40”), circunstância que não foi bastante para prejudicar a presente ação, em que se impugnaram textos normativos, porque ditados por lei ordinária, e não complementar, como exigido pelo art. 93 da CF, e por haver submetido os juízes classistas da Justiça do Trabalho (e os magistrados da Jus-

tiça Eleitoral) ao regime de inativação da previdência social, conquanto, então, também considerados magistrados da União, nos artigos 105, I, *a*; art. 111, § 1º, II; art. 115, III; e art. 116, *caput*, e parágrafo único, da Carta da República.

A posterior EC 24/98, todavia, extinguiu a representação classista na Justiça do Trabalho, ao dar nova redação aos artigos 111, § 1º, 113, 115 e 116, da Constituição Federal.

Não teve ela, obviamente, por consequência, a revogação do art. 5º, *caput*, e § 1º, do diploma legal impugnado, dispositivos que, enquanto considerados vigentes, continuam a disciplinar a aposentadoria dos ex-membros e dos membros remanescentes da Justiça do Trabalho, representantes de trabalhadores e empregadores.

Parece fora de dúvida, entretanto, que a novel emenda constitucional desvestiu os referidos dispositivos do caráter de ato normativo, pressuposto do exame da alegação de sua inconstitucionalidade, em ação direta de inconstitucionalidade, visto que, a partir de sua edição, tiveram sua área de incidência circunscrita àqueles ex-classistas que implementaram os requisitos da aposentadoria antes de deixar a função judicante e aos que vierem a fazê-lo, antes de concluir os respectivos mandatos, todos eles destinatários determinados ou determináveis, porquanto suscetíveis de identificação.

Ante o exposto, meu voto, com o parecer, julga prejudicada a presente ação, pela perda de seu objeto.

VOTO

(S/ PRELIMINAR DE CONHECIMENTO)

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Sr. Presidente, considero que permanece como ato normativo. Fico nas distinções de Hans Kelsen, que são um dado objetivo para a solução deste problema que nos aflige aqui, numerosas vezes. Não se trata de regular uma conduta única de um ou de vários destinatários. Cuida-se, no caso, mais de que uma norma que regula condutas múltiplas e futuras, de um estatuto legal, o qual

rege uma categoria, pouco importando quanto ela seja determinável nos seus componentes individuais. Mas, brincava eu, conforme a longevidade de cada classista aposentado, ou a aposentar-se, ou de sua viúva, esse estatuto de uma aposentadoria, que existe, vai reger por décadas, quiçá por um século.

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Imaginava que esse caso seria propício a mandado de segurança.

Veja V. Exa. que, quando trouxe a matéria, houve uma reação e, antes de terminar o meu voto, falou-se na Emenda nº 24, que não havia sido cogitada.

O SENHOR MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA: — Ministro Ilmar Galvão, achei, no início, que a ação estaria prejudicada, porém, traduzindo o que o Ministro Sepúlveda Pertence falou, do ponto de vista pragmático, basta saber-se se ainda há juízes classistas. Existem? Se existem, como poderemos julgá-la prejudicada?

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO (RELATOR) — Se se julgar prejudicada a ação, não importa que haja, ou não, classistas em atividade. É problema de saber que há só um determinado número de classistas trabalhando.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — A lógica do voto de V. Exª é essa: se os destinatários ou eventuais destinatários são determináveis a norma é concreta. Mas, como lembra o Ministro Moreira Alves, esse regime pode mudar e ainda vai alcançar juízes que eventualmente não tenham o tempo para aposentar-se e que aí serão aposentados num novo regime.

Não dou importância, realmente, à quantidade de destinatários. O que me parece é isso. Norma individual é aquela que rege um fato único. Por exemplo: já deixamos de conhecer ação direta contra a lei que tratava da destinação do patrimônio de uma autarquia extinta. Ela incidiu e a eficácia da lei se exauriu. Não é o caso de uma norma estatutária, que rege uma situação de inatividade, podendo converter-se em situação de pensionista, regendo situações cujo número e cujas modalidades não é possível prever: aposentadoria, cassação de

aposentadoria, perda de aposentadoria. Tudo isso tem um estatuto, que é a lei impugnada.

Por isso, com todas as vênias, conheço da ação direta.

VOTO

(s/preliminar de conhecimento)

A Senhora Ministra Ellen Gracie —: Sr. Presidente, com a vênia do eminente Relator, e fazendo minhas as razões do Ministro Sepúlveda Pertence e do Ministro Maurício Corrêa, também entendo por não prejudicada a ação nesta parte.

VOTO

(S/PRELIMINAR DE CONHECIMENTO)

O SR. MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA — Sr. Presidente. Entendo que a lei, em face da superveniência da emenda constitucional, não se descaracterizou quanto ao seu aspecto de normatividade; ela continuou sendo a lei de regência da aposentadoria do juiz temporário. Este ainda existe e a lei pode incidir em determinada situação e incidirá relativamente aos que já estavam aposentados nessa condição.

VOTO

O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator): Ultrapassada a preliminar, examine-se o mérito.

Quando da apreciação do pedido de medida cautelar, sustentei, na qualidade de Relator:

“A rigor, na verdade, não se lhes destina o Estatuto da Magistratura previsto no art. 93 da Constituição, conforme se depreende da leitura dos oito incisos integrantes da referida norma, voltados à disciplina de atos relativos à carreira do magistrado, desde o Ingresso nela (inc. I), à promoção de entrância para entrância (II), ao acesso aos Tribunais (III), à exigência de cursos oficiais como requisito ao ingresso e à promoção (IV), a diferença entre os vencimentos das diversas categorias da car-

reira (V), à aposentadoria compulsória, por invalidez ou aos setenta anos de idade, ao lado da facultativa, aos trinta anos de serviço (VI), à residência do juiz titular (VII), e à remoção, disponibilidade e aposentadoria por interesse público (VIII).

Não bastassem essas evidências, verifica-se que não foi à lei complementar, mas à lei ordinária, que a própria Constituição remeteu, no art. 113, a disciplina da “investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício” dos órgãos da Justiça especializada, entre os quais, obviamente, se incluem os seus juízes classistas.

De terem-se por excetuados da regra, obviamente, tão-somente os juízes de carreira, cuja investidura, sabidamente, se dá em caráter vitalício, estando, por isso, sujeitos, no ponto sob exame, ao Estatuto da Magistratura.”

Fundou-se a decisão transcrita, proferida em juízo provisório, como visto, no entendimento de que o art. 113 da Carta reservou à lei ordinária toda a disciplina dos órgãos da Justiça do Trabalho, salvo o regime da respectiva magistratura togada.

A orientação já havia sido adotada pelo STF, conforme mostram os seguintes acórdãos:

MS 21.466 — Rel. Min. Celso de Mello
“(…)”

Os representantes classistas da Justiça do Trabalho, ainda que ostentem títulos privativos da magistratura e exerçam função jurisdicional nos órgãos cuja composição integram, não se equiparam nem se submetem, só por isso, ao mesmo regime jurídico-constitucional e legal aplicável aos magistrados togados.

A especificidade da condição jurídico-funcional dos juízes classistas autoriza o legislador a reservar-lhes tratamento normativo diferenciado daquele conferido aos magistrados togados.

O juiz classista, em consequência, apenas faz jus aos benefícios e vantagens que lhe tenham sido expressamente outorgados em legislação *específica*.

(…)”

MS 22.498 — Rel. Min. Moreira Alves:

“(…)

A aposentadoria dos juízes temporários da União se dá nos termos da Lei 6.903/81, e essa Lei não lhes confere a vantagem prevista no Inciso I do artigo 192 da Lei 8.112/90. Esses juízes só fazem jus a benefícios e vantagens que lhes tenham sido expressamente outorgados em legislação específica (MS 21.468).

(…)”

Dir-se-ia que o art. 113 da CF perdeu aptidão para embasar o entendimento esposado quando do julgamento da cautelar, a partir do momento em que, entre os órgãos da Justiça do Trabalho, em face da reforma introduzida pela EC 24/99, já não se podem contar os juízes representantes de trabalhadores e empregadores.

Não há negar, entretanto, que emprestou ele o necessário suporte constitucional à lei ora impugnada, vinda à luz em 10.12.97, mediante conversão de medidas provisórias sucessivamente reeditadas, datada, a primeira, de 11.10.96, não se podendo dizer, pois, que se trata de diploma normativo incompatível com a Constituição.

Ainda, entretanto, que se tenha o art. 113 da CF como inaplicável à espécie — já que não fala em direitos mas, tão-só, em garantias (dos juízes) — o certo é que a aposentadoria dos classistas já se achava disciplinada por lei ordinária antes da edição da lei ora impugnada, por efeito da norma do parágrafo único do art. 74 da LOMAN, segundo o qual “lei ordinária disporá sobre a aposentadoria dos juízes temporários de qualquer instância”, no caso, a Lei nº 6.903, de 30.04.81, que foi recebida pela nova Carta.

Na verdade, como asseverado pelo Ministro Luciano Brandão (citado pelo Ministro Celso de Mello no MS 21.466), não obstante a nova Constituição houvesse dispensado aos dignos representantes classistas o tratamento de magistrado, são inúmeras as dessemelhanças verificadas entre eles e os juízes togados, observando-se que os classistas não gozam da garantia de vitaliciedade, não lhes é vedado o exercício de outro cargo ou função, não presidem os tribunais e juntas, exercem mandato e possuem suplentes.

Essas, possivelmente, além de várias outras constantes de legislação ordinária, as razões pelas quais os juízes temporários foram submetidos a regime especial de aposentadoria pela Lei Orgânica da Magistratura, tendo sido equiparados, para esse efeito, aos funcionários públicos civis da União, com tempo de serviço apurado na forma da legislação a estes aplicáveis, dispositivos que o STF, como já foi dito, teve por acolhidos pela atual Carta, por com ela não conflitarem, principalmente, em face dos arts. 40, § 2º, e 113.

A referida lei veio a ser revogada pelos dispositivos ora impugnados, também estabelecidos por lei ordinária, portanto, na forma prevista no mencionado parágrafo único do art. 74 da LOMAN, em situação que, ressalte-se, em nada altera as aposentadorias anteriormente concedidas, com base na Lei nº 6.903/81, aos membros classistas do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento, nem afeta aqueles que, quando da edição da novel Lei nº 9.528/97, já satisfaziam os requisitos para aquisição de tal benefício.

Reiterando, nesta oportunidade, os fundamentos do voto proferido no julgamento do pedido da cautelar, com o parecer, julgo improcedente a ação.

VOTO
(VISTA)

O Sr. Ministro CARLOS VELLOSO: O PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO — PMDB, com fundamento nos arts. 102, *a e p*, e 103, VIII, da Constituição Federal, propõe *ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de suspensão cautelar da Lei 9.528, de 10.12.1997, e do seu art. 5º, caput e § 1º*, que trata da aposentadoria dos magistrados classistas temporários, da Justiça do Trabalho e dos magistrados da Justiça Eleitoral nomeados na forma dos arts. 119, II, e 120, § 1º III, da Constituição Federal.

Sustenta-se, preliminarmente, a inconstitucionalidade formal da Lei 9.528/97, porquan-

to, na conversão da M.P. 1.598-14, de 10.11.1997, não teria sido observado o trintídio, em afronta ao art. 62, parágrafo único, da Constituição Federal. Sustenta-se, ademais, a inconstitucionalidade do art. 5º, caput e § 1º, dado que a disciplina da aposentadoria dos juízes classistas da Justiça do Trabalho, que se dá na forma do art. 93, VI, da Constituição Federal, exige Lei Complementar de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.

O eminente Ministro Ilmar Galvão, Relator, na sessão do dia 13.12.2001, julgou improcedente o pedido formulado na inicial, tendo sido acompanhado pelos Srs. Ministros Maurício Corrêa, Nelson Jobim e Ellen Gracie.

Pedi vista dos autos e os trago, a fim de retomarmos o julgamento da ação direta.

Passo a votar

Conforme vimos, sustenta-se a inconstitucionalidade do art. 5º, *caput*, e seu § 1º, da Lei nº 9.528, de 1997, que dispõe:

“Art. 5º — Os magistrados classistas temporários da Justiça do Trabalho e os magistrados da Justiça Eleitoral, nomeados na forma dos Incisos II do art. 119 e III do parágrafo 1º do art. 120 da Constituição Federal, serão aposentados de acordo com as normas estabelecidas pela legislação providenciária a que estavam submetidos antes da investidura na magistratura, mantida a referida vinculação previdenciária durante o exercício do mandato.

§ 1º. O aposentado de qualquer regime previdenciário que exercer a magistratura nos termos deste artigo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral da Previdência Social — RGPS;”

O argumento básico posto na inicial da ação é este: os juízes classistas da Justiça do Trabalho foram incluídos, pela CF/88, entre os magistrados da União. Por isso, estão sujeitos, como os demais magistrados, à norma do art. 93 da mesma Carta, não podendo a legislação comum dela se afastar, principalmente no que concerne a aposentadoria dos mencionados juízes classistas (C.F., art. 93, VI).

Esclareça-se, por primeiro, como fez o eminente Relator, que a “EC 20/98 não alterou o texto do referido artigo 93 da CF, tendo-se limitado, no que tange à aposentadoria dos

magistrados, a substituir o texto original do inciso VI (‘a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura’) por um novo, que submete a aposentadoria do magistrado ao regime comum dos funcionários públicos titulares de cargo efetivo (‘aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40’), circunstância que não foi bastante para prejudicar a presente ação, em que se impugnam textos normativos, porque ditados por lei ordinária, e não complementar, como exigido pelo art. 93 da C.F., e por haver submetido os juízes classistas da Justiça do Trabalho (e os magistrados da Justiça Eleitoral) ao regime de inativação da previdência social, conquanto, então, também considerados magistrados da União, nos artigos 105, I, *a*; art. 111, § 1º, II; art. 115, III; e art. 116, caput, e parágrafo único, da Carta da República.”

Na verdade, impossível deixar de reconhecer que a Constituição de 1988 conferiu aos juízes classistas *status* de magistrado: C.F., art. 111, § 1º, II, art. 115, parág. único, III, art. 116, redações sem a EC 24/99.

Dizíamos que a CF/88 conferiu aos classistas da Justiça do Trabalho o *status* de magistrado. No que toca aos juízes temporários da Justiça Eleitoral, isto nunca foi posto em dúvida.

Tanto é verdade que os juízes classistas da Justiça do Trabalho passaram a deter, com a CF/88, o *status* de magistrado, que o Supremo Tribunal Federal, ao elaborar o Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, nos termos do art. 93 da CF/88, os incluiu no mencionado projeto, reconhecendo, expressamente, que tais juízes são magistrados.

É conferir.

O Projeto de Lei Complementar nº 144, de 1992, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, publicado no “Diário do Congresso Nacional”, Seção I, de 13 de janeiro de 1993, estabelece:

"Art. 86. São Juízes de investidura temporária:

I. — Os juízes dos Tribunais Eleitorais, nomeados dentre advogados;

II. — os juízes classistas dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação de Julgamento;

III. — os juízes de paz;

IV. — os juízes leigos aos quais se refere o inciso I do art. 98 da Constituição.

Parágrafo Único — Dentre os juízes de investidura temporária, só se consideram magistrados os referidos nos incisos I e II deste artigo, aplicando-se-lhes, no que couber, as normas do presente estatuto."

Ao cuidar da aposentadoria dos Juízes classistas da Justiça do Trabalho, estabeleceu o mencionado projeto:

"Art. 89. O juiz classista da Justiça do Trabalho será aposentado:

I. — por invalidez;

II. — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III. — voluntariamente, após trinta anos de serviço, computado o tempo de atividade remunerada pela Previdência Social.

Parágrafo Único — Nas hipóteses previstas nos itens II e III, a aposentadoria somente será concedida se o juiz, ao implementar a condição, estiver no ofício judicante e contar, no cargo em que a requerer, pelo menos cinco anos contínuos de efetivo exercício."

"Art. 90. Os proventos de aposentadoria, a que se refere o artigo anterior, serão:

I — integrais, quando o juiz classista:

a) contar trinta e cinco anos de serviço;

b) se invalidar, por acidente em serviço ou por moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o juiz classista:

a) — for aposentado compulsoriamente e contar menos de trinta e cinco anos de serviço;"

b) — aposentar-se voluntariamente e contar mais de trinta e menos de trinta e cinco anos de serviço."

Assinaram o Projeto de Lei Complementar nº 144, de 1992, os Ministros Sydney Sanches, então Presidente do Supremo Tribunal,

Moreira Alves, Néri da Silveira, Octávio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek. ("Diário do Congresso Nacional", 13.01.93).

No julgamento do MS 21.299-DF, Relator para o acórdão o Sr. Ministro Moreira Alves, decidiu o Supremo Tribunal Federal:

"EMENTA: Justiça Trabalhista. Juiz Classista. Aposentadoria. Interpretação do artigo 4º da Lei nº 6.903/81.

— Esta Corte, Interpretando o artigo 4º da Lei nº 6.903/81, quando do julgamento do MS nº 20.864, entendeu que o juiz classista, que, ao pretender aposentar-se com tal, estiver no exercício da magistratura trabalhista, só o poderá fazer no cargo em que tiver efetivo exercício, continuamente ou não, por cinco anos no mínimo.

— No caso, não tendo o impetrante cinco anos, contínuos ou não, quer no cargo de juiz classista de 1º grau, quer no cargo de juiz classista do TRT, não pode ele aposentar-se, como requer, no primeiro, não tendo também direito a aposentar-se no segundo.

— Ademais, há um argumento novo que afasta, na hipótese, a questão legal que se discute. A aposentadoria em causa foi requerida na vigência da atual Constituição, que só admite (inciso VI do artigo 93) a aposentadoria facultativa do magistrado, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Assim, sendo pela atual Constituição magistrados os juízes classistas do Trabalho, e podendo eles exercer, nessa magistratura, cargos isolados distintos, para se aposentarem, em face do sistema constitucional em vigor — que se aplica de imediato — necessitam de contar cinco anos de exercício efetivo em qualquer um deles, que é o que decorre do termo 'judicatura' empregado pelo inciso VI do artigo 93 da Constituição, quando não se trate de cargo de carreira.

Mandado de segurança indeferido." ("DJ" de 19.12.96;

No seu douto voto, o eminente Ministro Moreira Alves salientou, com o apoio dos seus pares:

"(...)

No caso, não tendo o impetrante cinco anos, contínuos ou não, quer no cargo de Juiz Classista de 1º grau, quer no cargo de Juiz Classista do TRT, não pode ele aposentar-se, como requereu, no primeiro, não tendo também direito a aposentar-se no segundo.

A essas considerações, acresce um fundamento novo que afasta, no caso, a questão legal que se discute. A aposentadoria em causa foi requerida na vigência da atual Constituição, que só admite (Inciso VI, do artigo 93) a aposentadoria facultativa do magistrado, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Ora, sendo pela atual Constituição magistrado o Juiz Classista do Trabalho (o parágrafo único, III, do artigo 115 é expresso a respeito, e não teria sentido limitá-lo apenas aos integrantes dos TRTs), e podendo eles exercer, nessa magistratura, cargos isolados distintos (nas Juntas, nos TRTs ou no TST), para se aposentarem, em face do sistema constitucional em vigor — que se aplica de imediato —, necessitam de contar cinco anos de exercício efetivo em qualquer um deles, que é o que decorre do termo ‘judicatura’ empregado pelo Inciso VI do artigo 93 da Constituição, quando não se trate de cargo de carreira.

2. Em face do exposto, e com a devida vênia do eminente Relator, indefiro o presente mandado de segurança.”

Eu próprio, no julgamento do citado MS 21.299-DF, concorri com o meu voto para que fosse tomada a decisão, sustentando o entendimento de que aos classistas, por serem magistrados, segundo a CF/88, aplicar-se-ia o disposto no inc. VI do art. 93 da Constituição Federal.

A CF/88, art. 93, estabeleceu que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios enumerados nos incisos I a XI do mencionado artigo 93. Um desses princípios é este: art. 93, VI, sem a EC 20/98: “a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura”. Art. 93, VI, redação da EC 20/98: “a aposentadoria dos magis-

trados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40.”

Conforme já foi dito, não há diferença substancial entre o disposto no art. 93, VI, sem a EC 20/98, e o mesmo art. 93, VI, com a EC 20/98.

Com a CF/88, pois, a aposentadoria do magistrado será regida por lei complementar (C.F., art. 93, *caput*, e inc. VI). Entendo, pois, que a Lei 6.903, de 30.4.81, que dispõe sobre a aposentadoria dos juizes temporários da União, foi recebida, pela CF/88, como lei complementar. Isto não tem, aliás, sabor de novidade. A Lei 5.172, de 25.10.66 — Código Tributário Nacional — foi recebida pela CF/67 como lei complementar, em razão do disposto no art. 18, § 1º, da CF/67: “Lei complementar estabelecerá normas gerais de direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência essa matéria entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder de tributar.” A Lei 5.172/66 cuidava desses temas. Era lei ordinária. Foi recebida, então, pela CF/67, como lei complementar, o que foi reconhecido pela doutrina e pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim posta a questão, estou em que tem razão o autor da presente ação, quando sustenta que o art. 5º e seu § 1º da Lei 9.528, de 1997, são inconstitucionais. E o são, porque mandam que a aposentadoria dos magistrados classistas e dos juizes temporários da Justiça Eleitoral se faça “de acordo com as normas estabelecidas pela legislação previdenciária”, sem observância, portanto, dos critérios inscritos no inc. VI do art. 93 da Constituição Federal.

E mais: invade ela, a Lei 9.528/97, art. 5º e § 1º, área reservada à lei complementar, pois cuida de aposentadoria de magistrado. E aposentadoria de magistrado e a pensão de seus dependentes, conforme foi dito, linhas atrás, constituem matéria reservada à lei complementar (C.F., art. 93, VI).

Também por isso, o art. 5º e seu § 1º, da Lei 9.528/97, são inconstitucionais.

De todo o exposto, com a vênia do eminente Ministro Relator e dos não menos eminentes Ministros que o acompanharam, julgo proce-

dente a ação e declaro a inconstitucionalidade do art. 5º e do seu § 1º da Lei 9.528, de 1997.

É como voto.

VOTO

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Sr. Presidente, no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.299, o eminente Ministro Moreira Alves, depois de argumentos de ordem infraconstitucional, acentuou:

“A essas considerações, acresce um fundamento novo que afasta, no caso, a questão legal que se discute. A aposentadoria em causa foi requerida na vigência da atual Constituição, que só admite (Inciso VI do artigo 93) a aposentadoria facultativa do magistrado, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Ora, sendo pela atual Constituição magistrado o Juiz Classista do Trabalho (...) e podendo eles exercer, nessa magistratura, cargos isolados distintos (...), para se aposentarem, em face do sistema constitucional em vigor — que se aplica de imediato —, necessitam de contar cinco anos de exercício efetivo em qualquer um deles, que é o que decorre do termo “judicatura” empregado pelo Inciso VI do artigo 93 da Constituição, quando não se trate de cargo de carreira.” (V. fls. 5)

Para acompanhar S.Exa., acentuei:

“Senhor Presidente, já se referiu o eminente Ministro Moreira Alves, transcrevendo-lhe a parte de interesse para o caso, ao parecer que emiti como Procurador-Geral da República, no Mandado de Segurança nº 20.684. Dele continuo convencido, o que bastaria para a denegação da segurança, no plano infraconstitucional.

Mas, desde o início deste julgamento, firmara a convicção de que o artigo 93, inciso VI, da Constituição, posterior àquele precedente, torna dispensável a interpretação daquela lei, de certo modo, tortuosa”.

Portanto, também eu me fixei no art. 93, VI, para reclamar dos juízes classistas da Justiça do Trabalho cinco anos de judicatura no cargo, conforme a interpretação do Supremo Tribunal Federal.

Não vejo argumentos, com todas as vênias, para pensar diferentemente, com relação ao restante do mesmo inciso VI do art. 93.

Por isso, peço vênia ao eminente Ministro-Relator e aos que o acompanharam para seguir a linha do voto do Ministro Carlos Velloso, julgando procedente a ação.

À revisão de apartes dos Srs. Ministros Moreira Alves, Sepúlveda Pertence, Carlos Velloso e Marco Aurélio (Presidente).

VOTO

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA — Sr. Presidente, a Corte já se manifestou a respeito dessa matéria na vigência da Constituição. Fê-lo, num primeiro momento, em âmbito administrativo, quando elaborou o anteprojeto de lei orgânica, previsto no art. 93 da Constituição, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal. Nessa oportunidade, adotou-se, quanto aos classistas, em face dos termos da Constituição, a qualificação de magistrados. Foi discutida amplamente essa matéria. Chegamos à conclusão de que, pelo sistema da Constituição, os classistas, na Justiça do Trabalho, tanto em primeiro grau quanto nos Tribunais Regionais e no Tribunal Superior do Trabalho, detinham, no exercício dessa investidura, a condição de magistrados.

Não se examinou, ao que recorde, especificamente naquela oportunidade, matéria nova concernente ao tema ora em debate, qual seja, a questão da aposentadoria. Essa era regida por lei anterior à Constituição, que dispunha sobre aposentadoria dos juízes temporários. No sistema dessa lei, exigia-se cinco anos de exercício no cargo da magistratura trabalhista, para ficar implementado o requisito básico do tempo de serviço com vistas à aposentadoria.

Põe-se, agora, neste julgamento, a meu ver, uma questão nova. O Tribunal não a havia examinado ainda, no regime da Constituição de 88, quanto ao prosseguimento, ou não, da aplicação da legislação anterior. Sobreveio, agora, uma legislação nova.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — O que implica dizer que não se pode exigir mais nem cinco anos.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — A Constituição exige o quinquênio no Tribunal, foi tudo o que afirmamos nesse MS 21299. Por isso, Ministro Moreira Alves, V. Exa. disse que afastava a discussão legal.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — Não foi para efeito de tribunais?

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Não, Ministro.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — É preciso, então, ler o voto do Ministro Djaci Falcão.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Pedido de aposentadoria de juiz classista de tribunal. V. Exa. indeferiu o mandado de segurança, tendo em vista o disposto no art. 93, VI. Ficou vencido apenas o Ministro Marco Aurélio.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Aplicamos exclusivamente o inciso VI do art. 93. Tanto o meu voto quanto o de V. Exa., Ministro Moreira Alves, por isso, afastaram explicitamente a discussão sobre a lei.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA — É inconstitucional a lei que, depois da extinção, reduziu a aposentadoria?

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — Não. A lei é anterior à Constituição, mas consideramos aquela lei ordinária como recebida. Tanto que eles foram aposentados depois.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — A lei em discussão é de 1997.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Não entramos nessa discussão. Eles pretendiam se aposentar como Ministros do TST, somando o tempo de Juiz classista do TRT com o de Ministro classista do TST: nós negamos a soma.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) — Coisa que admiti!

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Sim, e dissemos: “Aplica-se-lhes, independentemente da discussão legal, o inciso VI do art. 93”, portanto, só se podem

aposentar, como Ministro do Tribunal Superior, se tiveram cinco anos no mesmo cargo isolado de Ministro.

Mas qualquer juiz pode mudar de opinião; eu é que não vejo razão para mudar.

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA — Sr. Presidente. Cuida-se, no presente julgamento, de saber se a aposentadoria do classista que houver inteirado cinco anos, nos termos da exigência estabelecida pelo Tribunal, no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.299, foi em um cargo isolado, porque os de investidura classista trabalhista são sempre considerados cargos isolados. Ele será investido como classista em primeiro grau, classista em TRT. Não é carreira; não ascende de um cargo a outro; pode até haver passado pelos três graus, mas sempre terá ocupado, em cada investidura, um cargo isolado. Foi isso que o Tribunal acentuou no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.299: os cinco anos de exercício hão de se computar num mesmo cargo isolado e, assim, ele poderia se aposentar.

Ao que compreendi, naquela oportunidade, e exatamente porque o Tribunal indeferiu o mandado de segurança — por isso estou dizendo ser esta a primeira vez que estamos enfrentando realmente a questão —, a Corte apenas assentou dois pontos. O primeiro é no sentido de que eles haveriam de ser considerados magistrados no regime da Constituição de 88. O segundo é que, para se aposentarem, assim como prevê a Carta, no art. 93, VI, teriam de possuir cinco anos em um dos cargos de sua investidura trabalhista. Quanto a esse ponto, penso ser assente tal entendimento. Não se está discutindo tal questão.

Tudo está em saber, agora, qual é o regime da aposentadoria, porque a Lei nº 9.528/97, no art. 5º, estipula:

“Art. 5º Os magistrados classistas temporários da Justiça do Trabalho e os magistrados da Justiça Eleitoral nomeados na forma dos Incisos II do art. 119 e III do § 1º do art. 120 da Constituição Federal serão aposentados de acordo com as normas estabelecidas pela legislação providenciária a que estavam submetidos antes da investidura na magistra-

*tura mantida a referida vinculação pré viden-
ciária durante o exercício do mandato."*

Então, a questão que se põe agora é a de saber se o regime da aposentadoria é o previdenciário ou, se porque eram magistrados, há de ser aquele próprio da magistratura, o que significa dizer: com cinco anos se aposentam com os proventos integrais ou, então, pelo regime previdenciário, segundo as normas que regem esse sistema, de acordo com o tempo e com os valores de contribuição, ou seja, pelas normas próprias da aposentadoria previdenciária, que são diversas, evidentemente, das normas que regem a aposentadoria do juiz. Sabemos que o magistrado que complete o tempo necessário à aposentadoria com trinta anos de serviço, e tenha cinco anos no cargo, pode-se aposentar, facultativamente, ao completar assim cinco anos de exercício na judicatura. Isso sucede com os advogados investidos em cargos da magistratura, tanto estadual como federal, no quinto dos tribunais, dependendo deles a comprovação dos trinta anos de serviço e os cinco anos de exercício no cargo judicial.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — Sr. Ministro, há um aspecto: só pode aposentar-se com o tempo de serviço público e não com o tempo de serviço privado. Está na lei, porque os cinco anos são o mínimo em tribunais. Tem-se que contar o resto de serviço público.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE — Não, Ministro, a Constituição assegura a contagem recíproca, *data vênua*.

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES — Qual é a lei que manda contar reciprocamente para efeito de aposentadoria de magistrado?

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO — Isso depende da lei, tanto que se estabelece a possibilidade de um advogado, que entra pelo quinto, contar tempo de serviço como advogado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) — Teríamos muitas aposentadorias ilegítimas, ilegais e homologadas pelo Tribunal de Contas da União!

O SENHOR MINISTRO NÉRI DA SILVEIRA — A meu ver, a questão que se põe

aqui é exclusivamente e tão-só esta: qual é o regime de aposentadoria do classista no esquema da Constituição? É o regime dessa lei ou o próprio dos magistrados?

Entendo assim a questão jurídica a ser dirimida. A minha conclusão propende no sentido da dos votos dos Ministros Carlos Velloso e Sepúlveda Pertence.

O Tribunal entendeu que os classistas são magistrados no regime da Constituição, como também aqueles que se investem no quinto dos tribunais, e exige-se, para estes, da mesma maneira, os cinco anos necessários para os classistas da Justiça do Trabalho. Aqueles que ocupam o cargo de juiz, sem serem de carreira, no quinto dos tribunais, quando se aposentam facultativamente por completarem cinco anos de serviço e têm tempo necessário à aposentadoria, levam os proventos integrais do cargo.

A partir da qualificação dada e reiterada por esta Corte — que adotou essa posição, mais de uma vez, administrativamente e, depois, especificamente, no julgamento do Mandado de Segurança nº 21.299 —, se eles são magistrados e inteirarem cinco anos no exercício de um desses cargos isolados de juiz classista nos órgãos da Justiça do Trabalho, terão direito a se aposentar com integralidade dos vencimentos do juiz do grau em que estiverem exercendo. Já assentamos que será em um desses cargos: juiz classista de primeiro grau, no TRT ou no TST, porque eles precisarão completar cinco anos em um deles. Aposentando-se, não há como fugir dessa conclusão.

Dessa maneira, o meu voto também declara a inconstitucionalidade do art. 5º da Lei nº 9.528/97, o qual prevê que essa aposentadoria se faz no regime da previdência social.

VOTO VISTA

O SENHOR MINISTRO MOREIRA ALVES:

1. É este o teor do voto do eminente relator. Ministro Ilmar Galvão, sobre o mérito da presente ação direta de inconstitucionalidade:

“O SENHOR MINISTRO ILMAR GALVÃO — (Relator) :

Ultrapassada a preliminar, examine-se o mérito.

Quando da apreciação do pedido de medida cautelar, sustentei, na qualidade de Relator:

“A rigor, na verdade, não se lhes destina o Estatuto da Magistratura previsto no art. 93 da Constituição, conforme se depreende da leitura dos oito incisos integrantes da referida norma, voltados à disciplina de atos relativos à carreira do magistrado, desde o ingresso nela (inc. I), à promoção de entrância para entrância (II), ao acesso aos Tribunais (III), à exigência de cursos oficiais como requisito ao ingresso e à promoção (IV), à diferença entre os vencimentos das diversas categorias da carreira (V), à aposentadoria compulsória, por invalidez ou aos setenta anos de idade, ao lado da facultativa, aos trinta anos de serviço (VI), à residência do juiz titular (VII), e à remoção, disponibilidade e aposentadoria por interesse público (VIII).

Não bastassem essas evidências, verifica-se que não foi à lei complementar, mas à lei ordinária, que a própria Constituição remeteu, no art. 113, a disciplina da “investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício” dos órgãos da Justiça especializada, entre os quais, obviamente, se incluem os seus juízes classistas.

De terem-se por excecionados da regra, obviamente, tão-somente os juízes de carreira, cuja investidura, sabidamente, se dá em caráter vitalício, estando, por isso, sujeitos, no ponto sob exame, ao Estatuto da Magistratura.”

Fundou-se a decisão transcrita, proferida em juízo provisório, como visto, no entendimento de que o art. 113 da Carta reservou à lei ordinária toda a disciplina dos órgãos da Justiça do Trabalho, salvo o regime da respectiva magistratura togada.

A orientação já havia sido adotada pelo STF, conforme mostram os seguintes acórdãos:

MS 21.466 — Rel. Min. Celso de Mello

“(…)”

Os representantes classistas da Justiça do Trabalho, ainda que ostentem títulos privati-

vos da magistratura e exerçam função jurisdicional nos órgãos cuja composição integram, não se equiparam nem se submetem, só por isso, ao mesmo regime jurídico-constitucional e legal aplicável aos magistrados togados.

A especificidade da condição jurídico-funcional dos juízes classistas autoriza o legislador a reservar-lhes tratamento normativo diferenciado daquele conferido aos magistrados togados.

O juiz classista, em consequência, apenas faz jus aos benefícios e vantagens que lhe tenham sido expressamente outorgados em legislação específica.

(…)”

MS 22.498 — Rel. Min. Moreira Alves:

“(…)”

A aposentadoria dos juízes temporários da União se dá nos termos da Lei 6.903/81, e essa Lei não lhes confere a vantagem prevista no inciso I do artigo 192 da Lei 8.112/90. Esses juízes só fazem jus a benefícios e vantagens que lhes tenham sido expressamente outorgados em legislação específica (MS 21.468).

(…)”

Dir-se-ia que o art. 113 da CF perdeu aptidão para embasar o entendimento esposado quando do julgamento da cautelar, a partir do momento em que, entre os órgãos da Justiça do Trabalho, em face da reforma Introduzida pela EC 24/99, já não se podem contar os ajuízes representantes de trabalhadores e empregadores.

Não há negar, entretanto, que emprestou ele o necessário suporte constitucional à lei ora impugnada, vinda à luz em 10.12.97, mediante conversão de medidas provisórias sucessivamente reeditadas, datada, a primeira, de 11.10.96, não se podendo dizer, pois, que se trata de diploma normativo Incompatível com a Constituição.

Ainda, entretanto, que se tenha o art. 113 da CF como inaplicável à espécie — já que não fala em direitos mas, tão-só, em garantias (dos juízes) — o certo é que a aposentadoria dos classistas já se achava disciplinada por lei ordinária antes da edição da lei ora impugnada, por efeito da norma do parágrafo único do

art. 74 da LOMAN, segundo o qual “lei ordinária disporá sobre a aposentadoria dos juízes temporários de qualquer instância”, no caso, a Lei nº 6.903, de 30.04.81, que foi recebida pela nova Carta.

Na verdade, como asseverado pelo Ministro Luciano Brandão (citado pelo Ministro Celso de Mello no MS 21.466), não obstante a nova Constituição houvesse dispensado aos dignos representantes classistas o tratamento de magistrado, são inúmeras as dessemelhanças verificadas entre eles e os juízes togados, observando-se que os classistas não gozam da garantia de vitaliciedade, não lhes é vedado o exercício de outro cargo ou função, não presidem os tribunais e juntas, exercem mandato e possuem suplentes.

Essas, possivelmente, além de várias outras constantes de legislação ordinária, as razões pelas quais os juízes temporários foram submetidos a regime especial de aposentadoria pela Lei Orgânica da Magistratura, tendo sido equiparados, para esse efeito, aos funcionários públicos civis da União, com tempo de serviço apurado na forma da legislação a estes aplicáveis, dispositivos que o STF, como já foi dito, teve por acolhidos pela atual Carta, por com ela não conflitarem, principalmente, em face dos arts. 40, § 2º, e 113.

A referida lei veio a ser revogada pelos dispositivos ora impugnados, também estabelecidos por lei ordinária, portanto, na forma prevista no mencionado parágrafo único do art. 74 da LOMAN, em situação que, ressalte-se, em nada altera as aposentadorias anteriormente concedidas, com base na Lei nº 6.903/81, aos membros classistas do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento, nem afeta aqueles que, quando da edição da novel Lei nº 9.528/97, já satisfaziam os requisitos para aquisição de tal benefício.

Reiterando, nesta oportunidade, os fundamentos do voto proferido no julgamento do pedido da cautelar, com o parecer, julgo improcedente a ação.”

Pediu vista o ilustre Ministro Carlos Velloso e discordou do eminente relator e dos que o seguiram com a seguinte fundamentação:

“Conforme vimos, sustenta-se a inconstitucionalidade do art. 5º, ‘caput’, e seu § 1º, da Lei nº 9.528, de 1997, que dispõe:

“Art. 5º — Os magistrados classistas temporários da Justiça do Trabalho e os magistrados da Justiça Eleitoral, nomeados na forma dos Incisos II do art. 119 e III do parágrafo 1º do art. 120 da Constituição Federal, serão aposentados de acordo com as normas estabelecidas pela legislação providenciária a que estavam submetidos antes da investidura na magistratura, mantida a referida vinculação previdenciária durante o exercício do mandato.

§ 1º. O aposentado de qualquer regime previdenciário que exercer a magistratura nos termos deste artigo vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral da Previdência Social — RGPS;”

O argumento básico posto na Inicial da ação é este: os juízes classistas da Justiça do Trabalho foram incluídos, pela CF/88, entre os magistrados da União. Por isso, estão sujeitos, como os demais magistrados, à norma do art. 93 da mesma Carta, não podendo a legislação comum dela se afastar, principalmente no que concerne a aposentadoria dos mencionados juízes classistas (C.F., art. 93, VI).

Esclareça-se, por primeiro, como fez o eminente Relator, que a “EC 20/98 não alterou o texto do referido artigo 93 da CF, tendo-se limitado, no que tange à aposentadoria dos magistrados, a substituir o texto original do inciso VI (‘a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura’) por um novo, que submete a aposentadoria do magistrado ao regime comum dos funcionários públicos titulares de cargo efetivo (‘aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40’), circunstância que não foi bastante para prejudicar a presente ação, em que se impugnam textos normativos, porque ditados por lei ordinária, e não complementar, como exigido pelo art. 93 da C.F., e por haver submetido os juízes classistas da Justiça do Trabalho (e os magistrados da Justiça Eleitoral) ao regime de inativação da pre-

vidência social, conquanto, então, também considerados magistrados da União, nos artigos 105, I, *a*; art. 111, § 1º, II; art. 115, III; e art. 116, *caput*, e parágrafo único, da Carta da República.”

Na verdade, impossível deixar de reconhecer que a Constituição de 1988 conferiu aos juízes classistas *status* de magistrado: C.F., art. 111, § 1º, II, art. 115, parágrafo único, III, art. 116, redações sem a EC 24/99.

Dizíamos que a CF/88 conferiu aos classistas da Justiça do Trabalho o *status* de magistrado. No que toca aos juízes temporários da Justiça Eleitoral, isto nunca foi posto em dúvida.

Tanto é verdade que os juízes classistas da Justiça do Trabalho passaram a deter, com a CF/88, o *status* de magistrado, que o Supremo Tribunal Federal, ao elaborar o Projeto de Lei Complementar, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, nos termos do art. 93 da CF/88, os incluiu no mencionado projeto, reconhecendo, expressamente, que tais juízes são magistrados.

É conferir.

O Projeto de Lei Complementar nº 144, de 1992, do Supremo Tribunal Federal, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, publicado no “Diário do Congresso Nacional”, Seção I, de 13 de janeiro de 1993, estabelece:

“Art. 86. São juízes de investitura temporária:

I. — Os juízes dos Tribunais Eleitorais, nomeados dentre advogados;

II. — os juízes classistas dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação de Julgamento;

III. — os juízes de paz;

IV. — os juízes leigos aos quais se refere o inciso I do art. 98 da Constituição.

Parágrafo Único — Dentre os juízes de investitura temporária, só se consideram magistrados os referidos nos incisos I e II deste artigo, aplicando-se-lhes, no que couber, as normas do presente estatuto.”

Ao cuidar da aposentadoria dos juízes classistas da Justiça do Trabalho, estabeleceu o mencionado projeto:

“Art. 89. O juiz classista da Justiça do Trabalho será aposentado:

I. — por invalidez;

II. — compulsoriamente, aos setenta anos de idade;

III. — voluntariamente, após trinta anos de serviço, computado o tempo de atividade remunerada pela Previdência Social.

Parágrafo Único — Nas hipóteses previstas nos itens II e III, a aposentadoria somente será concedida se o juiz, ao implementar a condição, estiver no ofício judicante e contar, no cargo em que a requerer, pelo menos cinco anos contínuos de efetivo exercício.”

“Art. 90. Os proventos de aposentadoria, a que se refere o artigo anterior, serão:

I — integrais, quando o juiz classista:

a) contar trinta e cinco anos de serviço;

b) se invalidar, por acidente em serviço ou por moléstia grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei;

II — proporcionais ao tempo de serviço, quando o juiz classista:

a) — for aposentado compulsoriamente e contar menos de trinta e cinco anos de serviço;”

b) — aposentar-se voluntariamente e contar mais de trinta e menos de trinta e cinco anos de serviço.”

Assinaram o Projeto de Lei Complementar nº 144, de 1992, os Ministros Sydney Sanches, então Presidente do Supremo Tribunal, Moreira Alves, Néri da Silveira, Octávio Gallotti, Paulo Brossard, Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Ilmar Galvão e Francisco Rezek. (“Diário do Congresso Nacional”, 13. 01.93).

No julgamento do MS 21.299-DF, Relator para o acórdão o Sr. Ministro Moreira Alves, decidiu o Supremo Tribunal Federal:

“EMENTA: Justiça Trabalhista. Juiz Classista. Aposentadoria. Interpretação do artigo 4º da Lei nº 6.903/81.

— Esta Corte, interpretando o artigo 4º da Lei nº 6.903/81, quando do julgamento do MS nº 20.864, entendeu que o juiz classista, que, ao pretender aposentar-se com tal, estiver no exercício da magistratura trabalhista, só o poderá fazer no cargo em que tiver efetivo exer-

cício, continuamente ou não, por cinco anos no mínimo.

— No caso, não tendo o impetrante cinco anos, contínuos ou não, quer no cargo de juiz classista de 1º grau, quer no cargo de juiz classista do TRT, não pode ele aposentar-se, como requer, no primeiro, não tendo também direito a aposentar-se no segundo.

— Ademais, há um argumento novo que afasta, na hipótese, a questão legal que se discute. A aposentadoria em causa foi requerida na vigência da atual Constituição, que só admite (inciso VI do artigo 93) a aposentadoria facultativa do magistrado, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Assim, sendo pela atual Constituição magistrados os juízes classistas do Trabalho, e podendo eles exercer, nessa magistratura, cargos isolados distintos, para se aposentarem, em face do sistema constitucional em vigor — que se aplica de imediato — necessitam de contar cinco anos de exercício efetivo em qualquer um deles, que é o que decorre do termo 'judicatura' empregado pelo inciso VI do artigo 93 da Constituição, quando não se trate de cargo de carreira.

Mandado de segurança indeferido. ("DJ" de 19.12.96).

No seu douto voto, o eminente Ministro Moreira Alves salientou, com o apoio dos seus pares:

"(...)

No caso, não tendo o impetrante cinco anos, contínuos ou não, quer no cargo de Juiz Classista de 1º grau, quer no cargo de Juiz Classista do TRT, não pode ele aposentar-se, como requereu, no primeiro, não tendo também direito a aposentar-se no segundo.

A essas considerações, acresce um fundamento novo que afasta, no caso, a questão legal que se discute. A aposentadoria em causa foi requerida na vigência da atual Constituição, que só admite (inciso VI, do artigo 93) a aposentadoria facultativa do magistrado, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura. Ora, sendo pela atual Constituição magistrado o Juiz Classista do Trabalho (o parágrafo único, III, do artigo 115 é expresso a respeito, e não teria sentido limitá-lo apenas aos integrantes dos TRTs), e podendo eles

exercer, nessa magistratura, cargos isolados distintos (nas Juntas, nos TRTs ou no TST), para se aposentarem, em face do sistema constitucional em vigor — que se aplica de imediato —, necessitam de contar cinco anos de exercício efetivo em qualquer um deles, que é o que decorre do termo 'judicatura' empregado pelo Inciso VI do artigo 93 da Constituição, quando não se trate de cargo de carreira.

2. Em face do exposto, e com a devida vênia do eminente Relator, indefiro o presente mandado de segurança."

Eu próprio, no julgamento do citado MS 21.299-DF, concorri com o meu voto para que fosse tomada a decisão, sustentando o entendimento de que aos classistas, por serem magistrados, segundo a CF/88, aplicar-se-ia o disposto no inc. VI do art. 93 da Constituição Federal.

A CF/88, art. 93, estabeleceu que Lei Complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os princípios enumerados nos incisos I a XI do mencionado artigo 93, um desses princípios é este: art. 93, VI, sem a EC 20/98: "a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura". Art. 93, VI, redação da EC 20/98: "a aposentadoria dos magistrados e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40."

Conforme já foi dito, não há diferença substancial entre o disposto no art. 93, VI, sem a EC 20/98, e o mesmo art. 93, VI, com a EC 20/98.

Com a CF/88, pois, a aposentadoria do magistrado será regida por lei complementar (C.F., art. 93, *caput*, e inc. VI). Entendo, pois, que a Lei 6.903, de 30.4.81, que dispõe sobre a aposentadoria dos juízes temporários da União, foi recebida, pela CF/88, como lei complementar. Isto não tem, aliás, sabor de novidade. A Lei 5.172, de 25.10.66 — Código Tributário Nacional — foi recebida pela CF/67 como lei complementar, em razão do disposto no art. 18, § 1º, da CF/67: "Lei complementar estabelecerá normas gerais de

direito tributário, disporá sobre os conflitos de competência essa matéria entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e regulará as limitações constitucionais do poder de tributar.” A Lei 5.172/66 cuidava desses temas. Era lei ordinária. Foi recebida, então, pela CF/67, como lei complementar, o que foi reconhecido pela doutrina e pelo Supremo Tribunal Federal.

Assim posta a questão, estou em que tem razão o autor da presente ação, quando sustenta que o art. 5º e seu § 1º da Lei 9.528, de 1997, são inconstitucionais. E o são, porque mandam que a aposentadoria dos magistrados classistas e dos juízes temporários da Justiça Eleitoral se faça “de acordo com as normas estabelecidas pela legislação providenciária”, sem observância, portanto, dos critérios inscritos no inc. VI do art. 93 da Constituição Federal.

E mais: invade ela, a Lei 9.528/97, art. 5º e § 1º, área reservada à lei complementar, pois cuida de aposentadoria de magistrado. E aposentadoria de magistrado e a pensão de seus dependentes, conforme foi dito, linhas atrás, constituem matéria reservada à lei complementar (C.F., art. 93, VI).

Também por isso, o art. 5º e seu § 1º, da Lei 9.528/97, são inconstitucionais.

De todo o exposto, com a vênia do eminente Ministro Relator e dos não menos eminentes Ministros que o acompanharam, julgo procedente a ação e declaro a inconstitucionalidade do art. 5º e do seu § 1º da Lei 9.528, de 1997. É como voto.”

2. Pedi vista dos autos para examinar a questão à luz do projeto de lei complementar encaminhado por esta Corte ao Congresso Nacional e dos acórdãos nos MS's 21.466 e 22.498, citados pelo eminente relator, e no MS 21.299, de que fui relator, e que foi citado pelo ilustre Ministro Carlos Velloso.

3. O eminente Ministro Carlos Velloso, para sustentar que os juízes classistas da Justiça do Trabalho passaram a ter o “status” de magistrado, e, portanto, fazem jus aos critérios inscritos no inciso VI do artigo 93 da Carta Magna, invoca, em primeiro lugar, “que o Supremo Tribunal Federal, ao elaborar o Projeto de

Lei Complementar, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura Nacional, nos termos do artigo 93 da Constituição, os incluiu no mencionado projeto, reconhecendo, expressamente, que tais juízes são magistrados”, e transcreve o artigo 86 (que em seu parágrafo único declara que, dentre os juízes de investidura temporária, só se consideram magistrados os juízes dos Tribunais Eleitorais, nomeados dentre advogados, e os juízes classistas dos Tribunais do Trabalho e das Juntas de Conciliação e Julgamento, aplicando-se-lhes, no que couber, as normas do estatuto da magistratura), o artigo 89 (que dispõe que o juiz classista da Justiça do Trabalho será aposentado por invalidez, compulsoriamente e voluntariamente, computado, para esta última hipótese, o tempo de atividade remunerada pela Previdência Social, devendo, ainda, para os casos de aposentadoria compulsória ou voluntária, estar no ofício judicante “e contar, no cargo em que a requerer, pelo menos cinco anos contínuos de efetivo exercício”) e o artigo 90 (que determina, no que interessa, que os proventos de aposentadoria serão integrais, para o juiz classista, quando ele contar trinta e cinco anos de serviço, e proporcionais ao tempo de serviço, quando for aposentado compulsoriamente e contar menos de trinta e cinco anos de serviço, ou quando aposentar-se voluntariamente e contar mais de trinta e menos de trinta e cinco anos de serviço”).

A disciplina da aposentadoria dos juízes classistas eleitorais e trabalhistas por esse Projeto de Lei Complementar, que, como enfatizou o eminente Ministro Velloso, foi assinado por todos os Ministros da Corte, prova, com a devida vênia, exatamente o contrário do que sustenta S. Exa. Com efeito, depois de dizer esse Projeto que os juízes classistas (e, portanto, também os da Justiça do Trabalho) são magistrados (parágrafo único do artigo 86), determina que só receberão proventos integrais quando contarem trinta e cinco anos de serviço, e perceberão proventos proporcionais ao tempo de serviço quando aposentados compulsoriamente com menos de trinta e cinco anos de serviço, ou voluntariamente com mais de trinta e menos de trinta e cinco anos de serviço (artigo 90).

Portanto, não observou, evidentemente, o disposto no artigo 93, VI, da Constituição que estabelece, para os juízes, que “a aposentadoria com proventos integrais é compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na judicatura”. E não observou porque entendeu que, embora esses juízes classistas fossem magistrados, não se lhes aplicavam todos os direitos dos magistrados não-classistas, e, conseqüente-

mente, não-temporários, tanto assim que lhes aplicou, para o regime de aposentadoria, o estatuído no artigo 40, § 2º, para o servidor público em geral (“A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários”). Daí, ler-se na exposição de motivos que encaminhou o Projeto ao Congresso Nacional, no tocante à aposentadoria dos juízes classistas temporários da Justiça do Trabalho, que a sua disciplina levava em consideração a Lei nº 6.903/81.